

Estado da publicação: O preprint foi publicado em um periódico como um artigo
DOI do artigo publicado: <https://doi.org/10.20396/ideias.v15i00.8675957>

A INSPIRAÇÃO MACHADIANA NA INTERPRETAÇÃO DO BRASIL DE ROBERTO SCHWARZ: INDEPENDÊNCIA INTELECTUAL E NEGATIVIDADE NA PERIFERIA DO CAPITALISMO

Felipe de Souza Mello

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.7013>

Submetido em: 2023-09-19

Postado em: 2023-09-26 (versão 1)
(AAAA-MM-DD)

A moderação deste preprint recebeu o endosso de:

Fabio Querido (ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1648-5615>)

A INSPIRAÇÃO MACHADIANA NA INTERPRETAÇÃO DO BRASIL DE ROBERTO SCHWARZ: INDEPENDÊNCIA INTELLECTUAL E NEGATIVIDADE NA PERIFERIA DO CAPITALISMO

AUTOR/A 1, Felipe de Souza Mello

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1544-5833>

[<felipedesouzamello@gmail.com>](mailto:felipedesouzamello@gmail.com)

Universidade Estadual de Campinas. Campinas, São Paulo (SP), Brasil

RESUMO: O objetivo do presente artigo é apresentar a maneira peculiar como Roberto Schwarz se apropriou de certos trabalhos do pensamento social brasileiro, em especial os da chamada “sociologia paulista”, e os articulou com a teoria crítica frankfurtiana para levar a cabo uma interpretação da forma literária do primeiro romance de maturidade de Machado de Assis, *Memórias póstumas de Brás Cubas*. A discussão gira em torno de como tal articulação entre história, teoria social e literatura resultou tanto em um esforço de independência intelectual na tradução e atualização de teorias estrangeiras a partir do contexto local como em uma interpretação bastante singular da “formação” nacional, à luz ponto de vista da periferia do capitalismo e em sentido “negativo”. A hipótese do trabalho é que tanto a interpretação do Brasil como a postura intelectual de Schwarz foram, em grande medida, inspirados pela posição independente e cética de Machado em relação à postura dos escritores, à elite e aos rumos do país de sua época. Além disso, argumento que o trabalho de interpretação da obra e da posição político-intelectual de Machado de Assis realizado por Schwarz apresenta a possibilidade de se pensar o romancista como um dos primeiros grandes intérpretes do Brasil, já que inaugurou a compreensão da forma literária machadiana como um procedimento crítico que fora gestado a partir dos impasses e das contradições ideológicas e políticas do Brasil do final do século XIX.

Palavras-chave: Roberto Schwarz, Machado de Assis, negatividade periférica, formação nacional negativa, dialética negativa à brasileira

THE MACHADIAN INSPIRATION IN ROBERTO SCHWARZ'S INTERPRETATION OF BRAZIL: INTELLECTUAL INDEPENDENCE AND NEGATIVITY IN THE PERIPHERY OF CAPITALISM

ABSTRACT: The aim of this article is to present the peculiar way in which Roberto Schwarz appropriated certain works of Brazilian social thought, especially those of the so-called “São Paulo sociology”, and articulated them with Frankfurtian critical theory in order to carry out an interpretation of the literary form of Machado de Assis's first mature novel, *Memórias póstumas de Brás Cubas*. The discussion revolves around how this articulation between history, social theory and literature resulted both in an effort of intellectual independence in translating and updating foreign theories from the local context and in a rather unique interpretation of national “formation”, from the point of view of the periphery of capitalism and in a “negative” sense. The hypothesis of the paper is that both Schwarz's interpretation of Brazil and his intellectual stance were, to a large extent, inspired by Machado's independent and sceptical position in relation to the stance of writers, the elite and the direction of the country of his time. Furthermore, I argue that Schwarz's interpretation of Machado de Assis's work and political-intellectual stance offers the possibility of thinking of the novelist as one of the first great interpreters of Brazil, since the critic inaugurated an understanding of Machado's

literary form as a critical procedure that was born out of the ideological and political impasses and contradictions of Brazil at the end of the 19th century.

Keywords: Roberto Schwarz, Machado de Assis, peripheral negativity, negative national formation, Brazilian negative dialectics

INTRODUÇÃO

A partir da pesquisa que realizei em torno da obra e da trajetória de Roberto Schwarz, pretendo discutir ao longo do artigo a maneira peculiar como o crítico se apropria de certos trabalhos do pensamento social brasileiro, em especial os da chamada “sociologia paulista”, e os articula com a teoria crítica frankfurtiana para levar a cabo uma interpretação da forma literária do primeiro romance de maturidade de Machado de Assis, *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Demonstrarei como tal articulação entre história, teoria social e literatura resultou tanto em um esforço de independência intelectual na tradução e atualização de teorias estrangeiras a partir do contexto local como em uma interpretação bastante singular da “formação” nacional, à luz ponto de vista da periferia do capitalismo e em sentido “negativo”. A hipótese do trabalho é que tanto a interpretação do Brasil como a postura intelectual de Schwarz foram, em grande medida, inspirados pela posição independente e cética de Machado em relação à postura dos escritores, à elite e aos rumos do país de sua época.

Além disso, argumento que o trabalho de interpretação da obra e da posição político-intelectual de Machado de Assis realizado por Schwarz apresenta a possibilidade de se pensar o romancista como um dos primeiros grandes intérpretes do Brasil, já que inaugurou a compreensão da forma literária machadiana como um procedimento crítico que fora gestado a partir dos impasses e das contradições ideológicas e políticas do Brasil do final do século XIX. Inspirado por ele e considerando o fato de que no nosso país a literatura foi o principal instrumento de revelação da experiência nacional, Schwarz elaborou uma proposta de crítica e de interpretação da formação social brasileira de grande relevância e atualidade não somente para o pensamento social brasileiro, mas para a teoria social em geral. A independência do procedimento literário de Machado e seu ceticismo irônico se transformam em uma crítica radical, independente e negativa na escrita ensaística de Schwarz, resultando numa posição político-intelectual sem concessões à ordem vigente e que questiona os pressupostos das teorias sociais gestadas no centro do sistema a partir do ponto de vista da periferia.

1. O INÍCIO DA CONSTRUÇÃO DA CRÍTICA NA ACADEMIA: TENSÃO E DIALÉTICA ENTRE SOCIOLOGIA, LITERATURA E MARXISMOS

Roberto Schwarz ingressou no curso de Ciências Sociais na USP em 1957 e, no ano seguinte, antes de começar a trabalhar com seu futuro mestre da crítica literária, Antonio Candido, fora convidado por Fernando Henrique Cardoso – na época já assistente de Florestan Fernandes – a participar de um seminário interdisciplinar em torno de *O Capital*. O chamado “Seminário d’*O Capital*” era liderado por outros dois professores assistentes além de Cardoso, José Arthur Giannotti e Fernando Antonio Novais, e também contava com a presença constante de Paul Singer, Octavio Ianni e Ruth Cardoso, além dos ainda alunos de graduação Bento Prado, Francisco Weffort, Michael Lowy, Gabriel Bolaffi e o próprio Schwarz.

A proposta do grupo era trazer para o âmbito universitário uma leitura direta e sistemática da obra de Marx, afastando-se da leitura dogmática do Partido Comunista do Brasil (PCB) e do marxismo oficial da União Soviética, com o intuito de interpretar as especificidades das estruturas sociais brasileiras com base no método marxiano e não a partir das teses e prognósticos marxistas. Na prática, isto significava uma aposta na redefinição do rigor e da “superioridade intelectual” de Marx, em comparação com os outros autores clássicos da sociologia, a partir do contexto local e da agenda de superação do atraso do desenvolvimento do país via aceleração da industrialização.

Também acompanhado pela leitura de *História e Consciência de Classe* de Lukács e *Questões de método* de Sartre, o grupo forjava um marxismo heterodoxo centrado na dialética enquanto método de análise da realidade social como parte da totalidade capitalista. Segundo Schwarz, a reflexão em torno dos temas nacionais a partir dessa metodologia resultou numa “intuição nova do Brasil” que posteriormente guiou os trabalhos dos membros do grupo e, como será demonstrado ao longo da exposição, os do próprio crítico. Ao “articular a peculiaridade sociológica e política do país à história contemporânea do capital, cuja órbita era de outra ordem”, as pesquisas direta ou indiretamente ligadas ao seminário buscavam compreender “a funcionalidade e a crise das formas ‘atrasadas’ de trabalho, das relações ‘arcaicas’ de clientelismo, das condutas ‘irracionais’ da classe dominante, bem como da inserção global e subordinada de nossa economia, tudo em nossos dias” (SCHWARZ, 1994a, p. 113; 119).

Para Schwarz, tal esforço resultou no entendimento de que, embora o modelo de referência de desenvolvimento dos países subdesenvolvidos fosse o dos países do centro do capitalismo, o desenvolvimento dos primeiros ocorre de outra forma, enfrenta problemas diferentes e ocorre através de outras categorias sociais. Ele sugere que foi um dos primeiros passos da sociologia institucional paulista em direção a uma abordagem que trata as anomalias do chamado subdesenvolvimento como

o “arranjo sociológico-político” através do qual um país da periferia do capitalismo como o Brasil se inseria na economia internacional. Conseqüentemente, tais anomalias deveriam ser consideradas parte integrante do desenvolvimento e da reprodução do sistema capitalista. Assim, Schwarz chegou à seguinte conclusão retrospectiva a partir de sua própria síntese dos resultados do Seminário:

o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos não leva ao desenvolvimento senão em aparência, pois assim como, chegado o momento, estes repõem o seu trajeamento social “arcaico”, o capitalismo visto no todo e em plena ação modernizante também repõe a situação subdesenvolvida, que nesse sentido faz parte do trajeamento arcaico da própria sociedade contemporânea, de cujo *desenvolvimento* então seria o caso de duvidar (SCHWARZ, 1994a, p. 123, grifo do autor).

Concomitante à esta iniciação crítica ao marxismo, no decorrer da graduação Schwarz não se sentia contemplado pela linha principal do curso de Ciências Sociais que era voltada para a pesquisa empírica e dirigida principalmente por Florestan Fernandes. O crítico confessa que implicava com sua linguagem hermética, dominada por jargões científicos e que se opunha ferrenhamente à prosa mais literária-ensaística e à ironia dos modernistas. As aulas que ele mais apreciava eram as de sociologia ministradas por Candido, que em sua opinião eram “incrivelmente claras e organizadas” (SCHWARZ, 2009, p. 228) e, ao contrário da maioria de seus colegas que faziam as disciplinas optativas com Florestan, deu preferência às aulas de estética e de literatura brasileira, distanciando-se das ciências sociais e aproximando-se mais das letras.

Graduou-se em 1960 e almejou fazer o mestrado com Adorno na Alemanha, mas a bolsa de estudos para Yale saiu antes e acabou decidindo pela pós-graduação em literatura comparada e teoria literária nos Estados Unidos, onde residiu entre 1961 e 1963. Este primeiro período de formação nas letras, segundo Querido (2019a, p. 240), deve ser considerado como uma passagem apenas formal/institucional da sociologia à crítica literária, já que Schwarz nunca abandonou a perspectiva sociológica. Mas também seria um momento decisivo, pois ao optar pelo campo acadêmico da literatura e pela crítica não só literária, mas “na sua feição dialética, a meio-caminho entre ciência e estética” (QUERIDO, 2019a, p.241-242), abriu-se a possibilidade de uma maior liberdade em seu trabalho intelectual em comparação ao campo e concepção da sociologia que Florestan Fernandes havia estabelecido na época e que foi adotada por seus discípulos participantes do Seminário d’O *Capital*.

O crítico buscava outra alternativa de revelação da realidade social que não fosse restrita à pesquisa empírica e à objetivação científica, mas “interessada não apenas no ato cognitivo em si, senão também na maneira específica em que este é ‘comunicado’, isto é, escrito, como demonstra sua redação repleta de ‘torções’ dialéticas” (QUERIDO, 2019a, p.242). Dessa maneira, Schwarz dava início à

construção de sua crítica entendendo-a em um sentido forte, “como modelo de atividade intelectual, cujo corolário quase que necessário é a escrita ensaística” (QUERIDO, 2019b, 238), distanciando-se das amarras “sociologistas” advindas da profissionalização científica da sociologia do período.

A partir do exame do primeiro período da trajetória e da formação acadêmicas de Schwarz, foi possível constatar em seus ensaios a tensão e a complementariedade entre as diferentes confluências e inspirações intelectuais na conformação de sua crítica. Ela foi concebida desde cedo em um vaivém dialético entre crítica sociológica e literária e dentro de um quadro teórico marxista, o qual se iniciou com o Seminário, passando por Lukács, mas em meados dos anos 1960, especialmente após o golpe de 1964, tendeu para a negatividade e o anticapitalismo radical frankfurtiano. A crítica literária era mais diretamente atrelada à Candido, mas cuja noção de forma mais especificamente histórica e abrangente coincidia com a de Adorno e distanciava-se da forma realista e normativa lukacsiana. No trabalho dos dois primeiros, parte-se da análise interna, da forma da obra em busca de estruturas que também existem na realidade, no mundo externo a ela, com o intuito de encaminhar o famoso problema da mediação entre arte e sociedade, entre o externo e o interno, de maneira dialética e sem cair no “sociologismo” ou no “marxismo vulgar”. Ou seja, ambos defendiam o valor cognitivo da arte e o potencial de sua análise formal em desvendar a dinâmica das estruturas sociais da realidade objetiva sem a imposição de um modelo ideal do que a arte deve ser ou dizer, indo além da problemática ideológica isolada ao confrontá-la com o momento histórico circunscrito na própria forma e técnica artísticas.

A análise dos escritos de Schwarz após sua volta dos EUA ao Brasil permitiu entrever a incorporação das afinidades eletivas entre a concepção de crítica de Candido, Lukács e Adorno em suas primeiras tentativas de refletir simultaneamente sobre a realidade brasileira e as contradições do capitalismo. Neste último aspecto, suas reflexões estavam em consonância com os esforços dos trabalhos de seus colegas do Seminário, porém já divergiam deles ao privilegiar a arte como objeto de mediação da análise social. Além disso, Schwarz também começava a atinar com uma visão negativa da modernização do país ao se atentar para a problemática frankfurtiana da indústria cultural e da subjetivação da dominação social, o que acompanhava um sentimento da necessidade da crítica do mito do progresso e da crença cega no desenvolvimento das forças produtivas.

2. A DITADURA E O EXÍLIO: A “REPRODUÇÃO MODERNA DO ATRASO” E O REDESCOBRIMENTO DO BRASIL NO EXTERIOR ATRAVÉS DA OBRA DO JOVEM MACHADO

O crítico comenta que já antes do golpe e de seu autoexílio na França ele ruminava algumas ideias sobre a acidez, a ironia e o ceticismo em relação às elites brasileiras presentes nos romances machadianos – em especial os da maturidade – e que iam na contramão da visão positiva de modernização e da crença na conciliação de classes presentes no ambiente ideológico da esquerda brasileira nas décadas de 1950 e 1960. O apoio das elites urbanas ao regime militar desmascarou sua verdadeira face de descompromisso com a integração social do país, o que o fez aprofundar a reflexão sobre como as relações de classe no Brasil ainda tinham uma forte ligação com nosso passado colonial e escravista. Por conseguinte, Schwarz (2009, p. 238) começou a explorar sua convicção de que “o humorismo tão cosmopolita de Machado tinha a ver com as particularidades nada cosmopolitas do escravismo brasileiro”, assim como a intuição em torno da potencialidade de interpretação da estrutura de classes brasileira através da obra machadiana:

Depois de 1964 a visão esperançosa, ligada ao populismo e às suas promessas, acabou. Daí a atualidade de Machado de Assis quando mostra que não é para acreditar em nada que as pessoas bem-postas dizem, mesmo se as palavras forem elegantes. A visão machadiana das relações de classe, muito cruel e desabusada, de repente ganhava outro peso. Machado de Assis não havia sido um escritor importante no pré-64. Foi este o ano que forneceu a ótica nova, que permite dizer que o autor decisivo brasileiro – o que entendeu as nossas relações de classe – é Machado de Assis e não José de Alencar. [...] *O ceticismo machadiano só passou a ser entendido como acuidade histórica depois de 64.* (SCHWARZ, 1998, p. 292, grifo nosso).

Foi então, dentro do contexto de exílio em Paris a partir de 1968, que Schwarz passou a se dedicar ao estudo da obra de Machado e a dar um passo estruturado em direção à uma inflexão em sua crítica – isto é, a formulação do que denomino como *negatividade periférica* –, e que levaria a outro patamar sua abordagem da questão nacional e da problemática cultural. De acordo com Querido (2017, p.10), trata-se de uma perspectiva que levava adiante sua visão crítica da forma perversa de progresso do regime militar e que ganharia novas e originais proporções, em 1972, com a publicação do emblemático e ainda hoje polêmico – e muitas vezes mal interpretado, devido à ironia de seu título – ensaio “As ideias fora do lugar” (1973).

Pensar o liberalismo enquanto uma “ideia fora do lugar” não era algo inédito no Brasil pois, segundo Ricupero (2013, p. 528), autores conservadores do século XIX e do começo do XX, além de outros contemporâneos próximos ao ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), já haviam refletido sobre a importação das instituições do liberalismo europeu e sua inadequação com a realidade brasileira, sendo este desajuste o foco de tais estudos. Por outro ângulo, Schwarz decidiu enfatizar a contradição peculiar que se gerava em relação ao liberalismo quando pensado a partir da estrutura socioeconômica local que era diferente da dos países que nos serviam de modelo. O fato de predominar no Brasil as relações de produção escravistas deixaria a exploração do trabalho às claras

e, portanto, o liberalismo, a partir de cujas ideias se havia feito a Independência, passava a não ter a mesma função ideológica aqui do que na Europa ou nos Estados Unidos, e Schwarz (1973, p. 18-19) o caracteriza como uma “ideologia de segundo grau”: “Neste contexto, portanto, as ideologias não descrevem sequer falsamente a realidade, e não gravitam segundo uma lei que lhes seja própria [...] Sua regra é outra, diversa da que denominam; é da ordem do relevo social, em detrimento de sua intenção cognitiva e de sistema”.

Baseando-se em *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul* (1962), o crítico apresentava brevemente o argumento de Fernando Henrique Cardoso sobre o choque entre capitalismo e escravidão e o “limite que a escravatura opunha à racionalização produtiva”. Contudo, ao invés de focar nessa contradição racional e na tendência de superação da produção escravista, Schwarz (1973, p. 15-16) passava a enfatizar a relação ideológica que aqui se configurava, na qual a ideologia liberal descarrilhava por ser impugnada pela escravidão a todo instante, apesar de conviver normativamente com a mesma: “Por sua mera presença, a escravidão indicava a impropriedade das ideias liberais; o que entretanto é menos que orientar-lhes o movimento. Sendo embora a relação produtiva fundamental, a escravidão não era o nexo efetivo da vida ideológica”.

A chave para se compreender tal nexo estava na ligação entre as três classes de população que a colonização e seu sistema produziram, isto é, a ideia das *relações de favor* como desenvolvida por Maria Sylvia de Carvalho Franco em *Homens livres na ordem escravocrata* (1964), mas elevada a mediação quase universal por Schwarz. Entre o latifundiário e o escravo a relação era clara, mas para os “homens livres”, que na realidade eram dependentes – nem proprietários nem proletários –, o acesso à vida social e aos bens materiais dependia dos grandes proprietários e do favor. Este seria, portanto, “o mecanismo através do qual se reproduz uma das grandes classes da sociedade, envolvendo também outra, a dos que têm” (SCHWARZ, 1973, p. 16), e era entre essas duas classes que acontecia a vida ideológica, regida pelo mecanismo do favor, diferentemente da relação entre escravos e proprietários que era ditada pela violência e coerção física. Resumindo, o crítico argumentava que havia de fato uma incompatibilidade entre base produtiva escravista e raciocínio econômico burguês, mas a mediação do favor, que esteve presente em quase todas as âmbitos da vida brasileira oitocentista, permitia que as ideias liberais fossem absorvidas e deslocadas, do que originou um padrão social particular.

No Brasil da segunda metade do século XIX, o liberalismo que anuncia a igualdade jurídica e o trabalho livre se combinava com o favor e, portanto, com o arbítrio e a dominação pessoal, com o paternalismo e o clientelismo – todas relações que eram alimentadas pela escravidão. Ocorria,

portanto, uma inversão ideológica em relação ao ambiente europeu: formulações que seriam originalmente universalistas passavam a ser utilizadas na defesa de interesses particulares. Assim, enquanto “ideologia de segundo grau”, o liberalismo era sempre secundário em relação ao favor e funcionava como mero ornamento justificativo das relações arcaicas locais que, ao mesmo tempo, eram resultado do moderno modo de produção capitalista do centro do sistema.

Atribuía-se “independência à dependência, utilidade ao capricho, universalidade às exceções, mérito ao capricho, igualdade ao privilégio etc.” (SCHWARZ, 1973, p. 19) e combinava-se o liberalismo com o que ele em princípio seria a crítica, tornando-se, de certa maneira, despropósito, além do fato de suas ideias deixarem de enganar. Por outro lado, a referência ao liberalismo tinha uma base real, já que o Brasil esteve sempre ligado à ordem burguesa, integrando-se ao capitalismo de maneira particular, devido ao fato que era uma instituição arcaica como a escravidão que nos garantia um lugar na divisão internacional do trabalho e nossa entrada para a civilização moderna. Em outras palavras, nosso “atraso” colonial já tinha traços modernos, o novo país independente não era necessariamente moderno e o nosso destino enquanto ex-colônia reforçava os aspectos arcaicos do passado.

Esta configuração levou o crítico a repensar o diagnóstico do tempo presente que ele havia realizado dois anos antes em seu famoso ensaio “Cultura e política, 1964-1969” (1970) enquanto resultado de um processo histórico de longa duração, isto é, a situação propícia e original da “reprodução moderna do atraso” que caracterizava o regime militar. A combinação aparentemente conflitante mas funcional entre liberalismo e escravidão era garantida pela mediação do favor e pela cumplicidade entre ambas as partes envolvidas na prestação e contraprestação de favores por fora das relações escravistas e de trabalho, mas adotando o vocabulário burguês da razão, da igualdade, do mérito e do trabalho livre. E foi justamente essa dinâmica histórica e ideológica particular que Schwarz identificou cristalizada na forma ou na composição literária dos romances da primeira fase de Machado de Assis.

O movimento dialético do ensaio construía um esquema teórico que permitia a ligação entre as singularidades das relações sociais locais, as particularidades históricas de uma ex-colônia que continuou dependente após sua Independência e seus impactos para a dinâmica do ambiente ideológico, conjuntamente com a especificidade da forma literária que se formava em tal contexto e com a história mundial contemporânea ditada pelo capital. Trata-se de um esquema que partiu de uma preocupação estética em relação ao estilo de um grande escritor em cujo andamento estava presente

a dinâmica da História e que tentava desprovincializar o pensamento local dualista que sobrevalorizava o universal em detrimento do particular ou vice-versa.

Em resumo, este ensaio estruturou a base histórico-social e o método para o estudo dos romances de José de Alencar e da primeira fase de Machado que Schwarz realizou em sua tese de doutorado, *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro* (1977a), e que apresentava como primeiro capítulo “As ideias fora do lugar”. A pesquisa possibilitou uma compreensão histórica da formação dos primeiros romances brasileiros e do acúmulo literário que seria necessário para que o Machado da fase madura pudesse alcançar resultados mais consistentes e complexos em torno do problema da literatura nacional. O que ele tentava descrever ao longo dela era “a feição exata com que a História mundial, na forma estruturada e cifrada de seus resultados locais, sempre repostos, passa para dentro da escrita, em que agora influi pela via interna – o escritor saiba ou não, queira ou não queira” (SCHWARZ, 1977a, p. 30).

Schwarz identificou um vasto e heterogêneo campo ideológico que era, entretanto, estruturado, além de ser resultado histórico, e que se fazia valer do vocabulário europeu dentro de uma dinâmica que difere do seu ambiente de referência. Logo, a particularidade da dinâmica ideológica periférica devia ser analisada e definida de maneira comparativa, considerando suas diferenças e a distância em relação ao ambiente ideológico do centro do sistema que é nossa inescapável referência. Por outro lado, a diferença do material tratado nos romances gestados em outro ambiente também propunha problemas originais à nossa literatura, os quais estavam historicamente sedimentados na forma do romance que registrava o processo social externo à obra.

Em José de Alencar, tais questões apareciam de maneira problemática em sua transposição direta da forma do romance europeu, tendo como consequência também a importação do tratamento das ideologias e a falta de sintonia com a formação social brasileira. Diferentemente de Machado, Alencar apenas reproduziu o problema do deslocamento na forma de seus romances sem levar adiante suas contradições, mas não por falta de esforço ou de talento, e sim por uma questão objetiva daquela realidade: “a mesma dependência global que nos obriga a pensar em categorias impróprias, nos induzia a uma literatura em que essa impropriedade não tinha como aflorar” (SCHWARZ, 1977a, p. 36). Isto é, o problema da dissonância entre ideias e realidade aparecia de maneira involuntária e indesejada enquanto um defeito e não trabalhada reflexivamente como princípio formal ou potencialidade crítica. Por conseguinte, o crítico argumentava que eles valiam mais como “prova de consequência” dos limites impostos por aquele rebaixamento intelectual, pois assinalavam “os lugares em que o molde

européu, combinando-se à matéria local, de que Alencar foi simpatizante ardoroso, produzia contrassenso” (SCHWARZ, 1977a, p. 39), demonstrando a “incongruência de ideologia” que resultava de um transplante direto do romance e da cultura europeia para a realidade brasileira.

O critério da crítica de Schwarz era o de uma verdade artística que seja elaborada de maneira reflexiva e que não apareça como um reflexo involuntário e incongruente. Alencar insistia em produzir aquela fratura formal a partir da convivência entre a grandeza dos temas europeus e a pequenez do cotidiano brasileiro, mas não trabalhava a contradição que existe entre forma europeia e a sociabilidade local, aderindo simultaneamente “a termos inteiramente heterogêneos, incompatíveis quanto aos princípios – e harmonizados na prática de nosso ‘paternalismo esclarecido’” (SCHWARZ, 1977a, p. 70-71). Neste ponto, o crítico afirmava que a figura de Alencar seria uma das primeiras representantes daquela modernização conservadora que caracterizou a ditadura e que teria muito futuro pela frente. A repetição acrítica de seus interesses de classe reproduzia o processo real da tentativa de conciliação entre clientelismo e ideologia liberal, sem apresentar as contradições dessa combinação esdrúxula, sendo esta a razão pela qual o autor “naufrega no conformismo do senso comum, de cuja falsidade as suas incoerências literárias são o sintoma” (SCHWARZ, 1977a, p. 71).

Em contrapartida, os romances da primeira fase de Machado traziam para o centro do enredo os temas e as personagens de cor local que eram periféricos em Alencar e, apesar de serem mais verossímeis, tiveram um resultado provinciano e conformista em um primeiro momento, ao apresentarem rearranjos na esfera doméstica como solução de conflitos sociais estruturais. Em outras palavras, “a exclusão da referência liberal evitava o descentramento das ideologias”, do qual padecia a composição alencariana, “mas ao preço de cortar as ligações com o mundo contemporâneo” (SCHWARZ, 1977a, p. 86). O crítico argumentava que Machado havia se desiludido com o ideário liberal e sua retórica do progresso e da igualdade, desenvolvendo um certo ceticismo antiliberal diante de sua própria experiência enquanto um sujeito dependente das graças do paternalismo dos proprietários para alcançar qualquer tipo de ascensão social. Eram as relações de favor que ditavam a dinâmica de sua realidade social e seus primeiros romances giravam em torno da família, claro que de preferência abastada, enquanto “intocável depositária da ordem e do sentido da vida” (SCHWARZ, 1977a, p. 89, grifo do autor).

Machado valorizava o ponto de vista dos dependentes e a forma construída por ele, ao longo desta primeira fase, transcrevia relações sociais em torno da dependência pessoal, que na maioria das vezes desaguavam na “permanente frustração das aspirações de independência da classe dependente”

(SCHWARZ, 1977a, p. 191). Ou seja, ele reconhecia a violência e as injustiças decorrentes de tal sistema societal, mas ainda não era capaz de enxergar outra alternativa além de uma possível racionalização ou civilização do paternalismo. Apesar desse conformismo latente, o ponto de vista das classes dominantes – dos senhores e proprietários – também foi desenvolvido e a questão do arbítrio do paternalismo foi se tornando cada vez mais central até que se tornou princípio formal – ainda que pouco desenvolvido – em *Iaiá Garcia* (1878). Schwarz o considerava como o romance de transição dessa primeira fase provinciana para uma segunda mais universal, mas ao mesmo tempo profundamente nacional, que se inicia com *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881), sendo o objeto de estudo da obra de maturidade do crítico, *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis* (1990a).

Ao conferir centralidade à experiência intelectual e artística do Brasil e submeter a crítica da sociedade brasileira a esta experiência, Schwarz foi além daquelas interpretações realizadas por Cardoso e Carvalho Franco em suas respectivas teses de doutorado. Conforme Querido (2017, p. 14), a partir da noção de “forma objetiva” inspirada em Candido e Adorno, Schwarz analisou as componentes estéticas e extraestéticas dos romances da primeira fase de Machado de Assis – ou a “forma das formas” –, e “destrinchou o funcionamento específico das ideias na sua dissonância com o processo social, distanciando-se, nesse aspecto, da ciência social paulista e do marxismo brasileiro de modo geral”. Diferentemente de um “marxismo industrializante” ou de uma “sociologia da modernização” que raciocinavam em termos sociológicos de “obstáculos ideológicos” à inviabilização recíproca entre capitalismo e escravidão, Schwarz, pelo ângulo da crítica literária, enfocou as dissonâncias entre ideias e condição material não como desvio, incompletude etc., mas sim “como flanco pelo qual se tornava possível apreender, no seu ‘movimento global’, a um só tempo ‘inadequado’ e ‘adequado’, ‘fora’ e ‘dentro’ do lugar, as sutilezas destas ‘diferenças em uma unidade’, para dizer como Cardoso” (QUERIDO, 2017, p. 15).

Dessa maneira, em *Ao vencedor as batatas*, foi identificado um passo estruturante do desenvolvimento de sua crítica ao trazer para o seu cerne a análise das singularidades históricas e ideológicas do país, esboçando uma “vantagem do atraso” propiciada pelo ponto de vista específico à periferia do capitalismo. Neste estudo, que acabou se detendo aos primeiros romances de Machado, foi desenvolvido o chão histórico para que Schwarz pudesse confrontar a problemática da vida intelectual brasileira e a sensação de desajuste frente às ideias e modelos estrangeiros.

3. O SEGUNDO MACHADO E A NEGATIVIDADE PERIFÉRICA: A DIALÉTICA NEGATIVA À BRASILEIRA

Em 1977 Schwarz retornou ao país e assumiu uma cadeira docente no Departamento de Teoria Literária do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Como já denotado por Tresoldi (2019, p. 42), ao iniciar sua carreira docente pela Unicamp, o crítico apresentou um “Plano de Trabalho” em que ele definia o interesse específico pelo estudo da obra madura de Machado e apresentava pela primeira vez, nesses termos específicos, o que ele acreditava ser o movimento estruturante dessa obra: a “volubilidade do narrador” ou a “mutação contínua e ostensiva dos pontos de vista” (SCHWARZ, 1977b, p. 1). Ele afirmava que este aspecto já havia sido tratado como um defeito pela crítica, mas argumentou que, na realidade, seria:

a) a dimensão formal decisiva do romance machadiano, b) uma solução literária para impasses intelectuais de construção que vinham tomando corpo na ficção urbana brasileira (Manuel Antonio de Almeida, Macedo, Alencar e Machado em sua primeira fase), e c) uma estilização sem complacência do comportamento ideológico a que a posição dependente do país obrigava e obriga os seus cidadãos, estilização em que pela primeira vez este comportamento se torna propriamente um problema (SCHWARZ, 1977b, p. 1).

Ou seja, em plena abertura política, um então recém-chegado exilado e crítico marxista, com um histórico de militância política e intelectual contra a ditadura, optou por dar continuidade aos seus estudos sobre Machado de Assis e a dinâmica ideológica das elites do século XIX. Soa-se contraditório à primeira vista, mas trata-se de um período de transição da crítica de Schwarz, uma inflexão negativa que aposta na radicalidade da teoria e do trabalho intelectual – entendido em sentido amplo, muito além do acadêmico – que mantém distância da ideia da “primazia da prática” presente em leituras ortodoxas de Marx e da consequente concepção de engajamento político. Todavia, seu projeto intelectual continuava elaborando a análise da raiz e a interpretação estrutural da formação nacional a partir da especificidade do passado colonial que se reproduz dialeticamente com o desenvolvimento capitalista, gerando uma dinâmica particular do capitalismo e da vida ideológica em solo nacional.

Este projeto não apenas guiaria seu trabalho enquanto professor e pesquisador universitário, mas também se transformaria em uma ampla reflexão sobre os impasses da modernidade a partir do ponto de vista da periferia e que avançaria a teoria social-literária que fundamenta sua crítica e visão de Brasil mais negativas. A primeira publicação resultante dele foi o ensaio “Complexo, moderno, nacional e negativo” (1981), seguido de mais quatro ensaios que foram os outros principais esboços e desenvolvimentos prévios de *Um mestre ...*: “A velha pobre e o retratista” (1982); “Uma desfaçatez de classe” (1985); “Brás Cubas e o Cunhado Cotrim” (1987a); e “O sentido histórico da crueldade em Machado de Assis” (1987b).

A partir da já aqui discutida dinâmica ideológica e da combinação entre escravismo e liberalismo, Schwarz levava adiante e aprofundava sua análise da experiência social brasileira do século XIX com o estudo da forma literária de *Memórias Póstumas de Brás Cubas* e da conduta mercurial de seu narrador, ambas enquanto estilização ou mimese de uma conduta muito própria das elites brasileiras marcada pela dualidade de critério e a perpétua infração da norma, como explica o crítico:

Segundo a conveniência, valem a norma burguesa ou o desprezo por ela. Esta escandalosa duplicidade ou alternância de critério, musicada em compasso vivo, é o essencial da volubilidade que sugerimos a princípio. Ela é da situação histórica das camadas dirigentes brasileiras no século XIX, que tinham um pé no instituto da escravidão e outro no progresso europeu, nos dois casos com proveito. (SCHWARZ, 1982, p. 36).

A tese por trás de tais apontamentos de Schwarz é que Machado logrou completar a formação da literatura brasileira ao criar um realismo peculiar, adaptado à matéria local, que é ao mesmo tempo nacional e universal ao tratar dos mais variados temas da humanidade através de um viés ou ponto de vista da estrutura de classes do Brasil. O enredo que caracteriza tal realismo destoa do enredo-típico europeu como teorizado por Lukács, que se centrava nas contradições resultantes do choque entre o indivíduo moderno e a sociedade capitalista, alcançando o resultado global de demonstrar que “a ordem burguesa é contraditória e não cumpre o que promete” (SCHWARZ, 1981, p. 49). Já a explicação do enredo realista machadiano, que se faz valer de recursos e soluções não-realistas, leva às particularidades ideológicas das circunstâncias nacionais: a tensão e a combinação entre arbítrio, satisfações pessoais, capricho, infração da norma burguesa e desfaçatez, por um lado, e esclarecimento, ciência, valorização dos ideais liberais e vexame, pelo outro.

Esse movimento ideológico e moral da elite brasileira foi mimetizado pela volubilidade narrativa de *Memórias*, apontada como a “lei da prosa machadiana”: a combinação entre “desrespeito à ordem burguesa e ânsia de se afirmar como um membro seu, o que não vai sem dois pesos e duas medidas, nem, dada a constante repetição, sem desfaçatez” (SCHWARZ, 1981, p. 50). Sociologicamente, ele argumentava que essa lei seria “a miniaturização ou o diagrama do vaivém ideológico da classe dirigente brasileira” que se articulava simultaneamente com “o mercado e o progresso internacionais, bem como com a escravidão e o clientelismo locais” (SCHWARZ, 1981b, p. 50). Seria um vaivém que resumia o mencionado vexame mas que ia além dele, pois apontava para a contradição mais geral de que o regime escravista brasileiro, apesar de moralmente condenado, era parte constitutiva e efetiva da expansão global do capitalismo. Ou seja, além da ordem burguesa não cumprir o que promete, sua manifestação periférica revelava que ela também, no seu todo, não se pautava pela sua própria norma.

Já a desfaçatez (ou a falta de vergonha, abuso, atrevimento, audácia, ousadia, cinismo) de classe, seria consequência direta da volubilidade, pois o descaramento seria consequência inevitável desse movimento de conciliação e oscilação entre critérios modernos e arcaicos que era cotidiano e rotineiro entre os membros da elite. Se a modernização do país se dava através de um regime escravocrata de uma ex-colônia que havia sido explorada em prol do desenvolvimento do capitalismo na Europa, por que não seria legítima a defesa progressista da escravidão? Ou, nas palavras de Schwarz (1985, p. 42):

Se a acumulação de capital no país e, com ela, a modernização são bancadas pelo trabalho escravo, norma e infração não trocam de lugar? Ou melhor, além de infração, a infração é norma, e a norma, além de norma, é infração. Em suma, a defesa progressista do tráfico negreiro colocava problemas ideológicos difíceis de resolver, e encarnava a parte de afetação e afronta que acompanha a vida das idéias nas sociedades escravistas modernas. A ambivalência tinha fundamento real, e Machado de Assis, conforme se verá, soube imaginar-lhe as virtualidades próximas e remotas.

Além de encontrar na forma do romance machadiano essa mimetização das características fundacionais e estruturantes do país e da elite, o crítico também explorava a relação que se desenvolve no enredo entre a camada dirigente e os pobres, que se expressa através de uma má-fé deliberada ao tratar dos miseráveis. Schwarz (1982, p. 35-36) defendia que com a volubilidade abusiva do narrador e o recurso à “desfaçatez literária”, ao escárnio e à provocação em vez da descrição maciça, pretensiosamente objetiva e imparcial do Naturalismo, Machado foi capaz de construir um retrato social da pobreza mais significativo e revelador em termos críticos, exasperando mais intimamente “o sentimento da injustiça no leitor”. Tal abordagem se expressa através do “abjeto humor de classe de Brás Cubas” (SCHWARZ, 1982, p. 37) que constantemente opera a partir daquela alternância de critério em que, segundo a conveniência ou seu desejo de superioridade, ele preza ou despreza a norma burguesa – como no caso da questão do trabalho, ora desclassificando quem não o valoriza, ora desdenhando de quem vive dele.

A partir dessas observações de Schwarz, pode-se afirmar que ele encontrou na forma machadiana um retrato complexo e profundo da sociedade brasileira da época, mas também indícios de reflexões críticas sobre a dinâmica social que podem apontar para além da ordem vigente, através da ficção literária e da figuração da realidade. Trata-se de uma questão muito significativa para um país no qual, como aponta Querido (2019a, p. 257), a literatura “significou, por muito tempo, o principal instrumento de revelação da experiência nacional, à diferença, por exemplo, da situação europeia, na qual o ensaísmo de esquerda ancorava-se na presença de uma teoria social avançada”. Eis a razão pela qual o crítico redobrava sua aposta no estudo da dimensão cognitiva da ficção e colocava em prática a crítica dialética inaugurada por Candido. Ao sondar de maneira profunda e ousada a forma desse romance, revelando a volubilidade e a desfaçatez como seus princípios formais e como a “transposição

de um aspecto significativo do processo histórico” (SCHWARZ, 1979a, p. 138) – priorizando a forma literária mas articulando a análise formal com o acúmulo de pesquisas históricas e sociológicas –, Schwarz foi capaz de produzir conhecimentos novos e mais complexos em torno da formação nacional, da estrutura de classes brasileira e da dinâmica periférica do capitalismo, arrematando com a crítica desse sistema em seu todo. Por conseguinte, a ideia de uma *formação nacional negativa* surgia de “nossa singularidade lógica” que ele extrai da forma machadiana:

Ocorre que o concerto das nações civilizadas, de que aspirávamos fazer parte e a que esta dialética [da síntese positiva entre o local e o universal] prometia conduzir, caiu em descrédito. Em lugar dele veio à primeiro plano a história mundial do Capital, de que a colonização da América, o imperialismo de uns e a dependência econômica, política e cultural de outros, além da luta de classes, formam capítulos inseparáveis. A dialética do local, nacional, universal e categorias afins nem por isto fica sem propósito. Mas redefinem-se seus termos, e desaparece a sua promessa de harmonização. Ou melhor, a harmonia deste sistema parece exigir e reproduzir desigualdades e alienações de toda espécie, numa escala inconcebível, de reparação difícil de imaginar. A esta luz, que vem dos anos 30, mas se impôs a uma parte maior dos brasileiros a partir de 1964, e que não será também a última, o passado ficou mais sombrio: em lugar da contribuição local à diversidade das culturas, vem à frente a história da má-formação nacional, como instância da marcha grotesca ou catastrófica do capital. (Assim, com as devidas mediações, as singularidades nacionais encontram o seu lugar numa história mais ampla, já não como originalidade a cultivar, mas como situação de facto e desvantajosa no sistema internacional). (SCHWARZ, 1979b, p. 169-170, grifos nossos).

Esta concepção de uma má-formação já vinha sendo elaborada implicitamente desde *Ao vencedor as batatas*, mas a virada negativa definitiva da ideia de formação nacional foi sendo construída a partir do estudo da fase madura de Machado. Neles sua análise tinha como foco a elite brasileira no passado distante, mas sempre com o olhar também voltado ao presente, observando, por exemplo, certa continuidade do comportamento volúvel e de desfaçatez ideológica dos militares e do empresariado brasileiro, pregando a segurança e o desenvolvimento nacionais enquanto se alinhavam com o imperialismo estadunidense e entregavam o país ao capital estrangeiro. Outros fatores que contribuíram para essa inflexão negativa foi a manutenção das elites políticas no poder ao longo processo de abertura política e redemocratização que culminou com a derrota de Lula nas eleições de 1989, assim como o diagnóstico pessimista de seu desfecho conservador aliado à “vitória” global do capitalismo – a partir de sua reestruturação e da ascensão de seu estágio neoliberal. Dessa maneira, Schwarz passava a refletir sobre o desenvolvimento nacional não mais em termos de um capitalismo dependente, mas sim como resultado de uma dialética negativa do processo de formação nacional, que permanentemente articula a o antigo regime colonial e o país burguês – os “dois Brasis” (ARANTES, 1992, p. 111) – e continuava a reproduzir a história colonial, escravista e ditatorial na democracia liberal brasileira.

Essa dialética negativa à brasileira emergiu de sua obra magna, *Um mestre...*, que integrou os cinco trabalhos acima mencionados, expandia seus assuntos, sistematizava as recém elaboradas teses

e achados do crítico e sintetizava as conclusões a que ele chegou, podendo-se extrair dessa obra os principais elementos que constituem a crítica madura e consolidada de Schwarz. Os primeiros capítulos expõem e reafirmam o interesse sociológico do crítico pela fórmula narrativa de *Memórias Póstumas*, que consiste em “certa alternância sistemática de perspectivas, em que está apurado um jogo de pontos de vista produzido pelo funcionamento mesmo da sociedade brasileira” (SCHWARZ, 1990a, p. 11). Segundo sua concepção de forma inspirada em Candido e Adorno, o “dispositivo literário capta e dramatiza a estrutura do país, transformada em regra da escrita” (SCHWARZ, 1990a, p. 11). Assim, a forma da obra machadiana madura seria a chave para sua interpretação sócio-histórica da formação *sui generis* da modernidade à brasileira.

Para fundamentar e estruturar sua análise formal do romance, Schwarz construiu um quadro teórico e histórico baseado em e inspirado por estudos de diversos autores de diferentes tradições e vertentes intelectuais. Primeiro ele apresenta sua tese contrária à de que *Mémorias* não seria um romance realista e de que não trataria de questões nacionais, baseando-se no conceito de “redução estrutural” de Candido: “sem prejuízo do raio de ação ilimitado, e, neste sentido, universal, a volubilidade do narrador e a série dos abusos implicados [...] configuram a ‘redução estrutural’ de um movimento que a circunstância histórica impunha – ou facultava, conforme o ponto de vista – à camada dominante brasileira” (SCHWARZ, 1990a, p. 35). Sobre a apreensão específica da necessária compreensão histórica-social extraliterária para se extrair um conhecimento social objetivo da forma literária, o crítico se apropria dos argumentos dos textos “Palestra sobre lírica e sociedade” (1958) e “Ideias para a sociologia da música” (1959) de Adorno. Já para a interpretação do vínculo estreito entre o desenvolvimento capitalista global e a história colonial brasileira – cujo resultado seria um processo conservador de emancipação política do Brasil –, a base são as pesquisas de Luiz Felipe de Alencastro (1979) e Fernando A. Novais (1984). Elas demonstraram que apesar das reformas liberais da Independência, o complexo socioeconômico e produtivo do país, gerado pela exploração colonial, não se alterou, isto é, “o senhor e o escravo, o latifúndio e os dependentes, o tráfico negreiro e a monocultura de exportação permaneciam iguais, em contexto local e mundial transformado” (SCHWARZ, 1990a, p. 36).

Essa situação histórica em que se observa a conformação do capitalismo e a persistência do sistema produtivo colonial evidenciava a afinidade do progresso do capital com formas de trabalho e de exploração com quais ele seria supostamente incompatível. Apesar da virada histórica mundial em direção a hegemonia dos ideais liberais e da industrialização capitalista acarretar “uma inversão

generalizada de sinais, o positivo de antes passando a nefasto e sobretudo retrógado” (SCHWARZ, 1990a, p. 37), o contexto brasileiro confundia esse juízo e demandava outra avaliação de suas consequências. O tráfico de escravizados era o negócio mais lucrativo do país e os ciclos econômicos após sua supressão prosperaram graças à mão de obra escravizada, assim

a ligação do país à ordem revolucionada do capital e das liberdades civis não só não mudava os modos atrasados de produzir, como os confirmava e promovia na prática, fundando neles uma evolução com pressupostos modernos, o que naturalmente mostrava o progresso por um flanco inesperado (SCHWARZ, 1990a, p. 37, grifos do autor).

Para o crítico, tal complementaridade entre instituições burguesas e coloniais foi o fator fundante da nação, o qual dita a formação social brasileira até hoje e desde então denota “o desvio em relação ao modelo canônico anglo-francês” (SCHWARZ, 1990a, p. 38). Essa articulação, apesar de “desconjugada por natureza”, tem sido objeto central de reflexão literária e teórica sobre o país, quase se tornando uma marca distintiva. No entanto, ao considerar a divisão internacional do trabalho e o papel legado às ex-colônias de consumidoras de manufaturados e fornecedoras de produtos tropicais, Schwarz apontava que a reprodução moderna do atraso não era exclusividade do Brasil ou da América Latina, sendo seu fundamento efetivo o “desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo” (TROTSKI apud SCHWARZ, 1990a, p. 38).

Este desenvolvimento gera discrepâncias entre o centro e a periferia do sistema, mas que consideradas dos dois pontos de vista, na verdade revelam que o modo de produção capitalista “realiza sua finalidade econômica, o *lucro*, através da ruína de formas anteriores de opressão ou através da reprodução e do agravamento delas” (SCHWARZ, 1990a, p. 38-39, grifo do autor). Ou seja, apesar do que as aparências de atraso do país sugerem, “a causa última da absurda formação social brasileira está nos avanços do capital e na ordem planetária criada por eles” (SCHWARZ, 1990a, p. 39), e as condutas e as ideias retrógradas e anacrônicas de nossa classe dominante são tão legítimas e expressivas do capitalismo como as racionais e ilustradas da burguesia europeia.

Em síntese, nas palavras de Schwarz (1990a, p. 39), o Brasil “constituíra-se numa formação *sui generis*, com questões práticas e ideológico-morais próprias, de imensa relevância, nas quais a atualidade mundial expunha alguns de seus segredos e se podia problematizar por sua vez”. O empenho de “estruturação histórica da realidade social” que levou a esta conclusão não pretendia se esgotar como uma história do Brasil, como admite o próprio crítico, mas o permitiu mergulhar na análise da forma do romance para refletir como tais contradições aparecem e são figuradas nela. Ao colocar em prática a leitura dialética entre as estruturas do romance e da realidade, tanto em sua especificidade local como

em seu movimento da totalidade do sistema capitalista, Schwarz trazia à tona o impacto recíproco sobre o entendimento e a crítica de um e do outro ao expor o nexos entre o particular e o universal.

Voltamos aqui à questão da volubilidade narrativa como princípio formal e “estilização de uma conduta própria à classe dominante brasileira” (SCHWARZ, 1990a, p. 17), resultado da dialética da reprodução moderna do atraso em sua origem e como característica que reproduz as implicações estruturais do quadro histórico descrito acima. O movimento volúvel da forma narrativa se define pelo “consumo acelerado e sumário de posturas, idéias, convicções, maneiras literárias etc, logo abandonadas por outras, e portanto desqualificadas” (SCHWARZ, 1990a, p.40), no qual o protagonista revela ao leitor sua capacidade de recorrer à aparências esclarecidas ao mesmo tempo que destrata os ideais iluministas, afinal subordinando-os ao que deveria ser seu princípio contrário, à arbitrariedade e ao capricho.

O mesmo movimento se impunha pela história à realidade extraliterária na “vantajosa articulação escravista de nossa elite liberal, com seu corolário de ilegalidade respeitável e bem-pensante” (SCHWARZ, 1990a, p.40-41), o que expressa a oscilação permanente e estrutural dessa classe entre a norma e a infração. Tanto no plano literário como no histórico, essa volubilidade depende de recursos intelectuais e estilísticos iluministas, mas revela a insuficiência e a impotência deles diante da esdrúxula formação social brasileira e do excepcional privilégio de classe que aqui se gestava. Porém, apesar de as transgressões da elite e de Brás Cubas assinalarem a impotência da posição moderna e esclarecida, por outro lado a conduta volúvel é também risível e primitiva diante do espírito esclarecido. Assim, Schwarz extraía de sua leitura dialética entre o romance e a sociedade um dos principais impasses ideológicos da modernidade à brasileira e seu desvio em relação à europeia:

o movimento da volubilidade contém diagramas seqüenciais opostos, avaliações contraditórias quanto à posição histórica da Razão, percebida simultaneamente como ultrapassada e inalcançada. No plano extra-artístico, o triunfo e o futuro promissor de modalidades sociais obsoletas, além de condenadas, implicava uma perplexidade de mesma ordem (SCHWARZ, 1990a, p. 41)

É neste sentido que nessa obra Schwarz aprofundava a compreensão da dualidade e da ambivalência ideológica da experiência brasileira, levando adiante sua tese das “ideais fora do lugar” e enunciando que todos os aspectos da civilização moderna, incluindo o progresso e a própria razão, sujeitam-se à volubilidade e ao capricho e, por conseguinte, “o elenco das finalidades-mestras da vida burguesa toma feição barateada, com alguma coisa de opereta” (SCHWARZ, 1990a, p. 61). A consequência desse descrédito é que a norma burguesa e liberal, além das expectativas em relação a modernidade, aparece como tola mas também indispensável, configurando uma “inconsequência” do

efeito devastador daquele impasse – um dilema incontornável da formação social na periferia colonial-capitalista e que “expressa o beco ideológico em que se encontra a fração pensante do país” (SCHWARZ, 1990a, p. 96).

Ao demonstrar que Machado foi capaz de construir “um dispositivo literário onde o estatuto do indivíduo, da lei, o espírito científico, a tradição beletrista e os argumentos filosóficos gravitam fora do eixo consagrado, mas conforme a disciplina de uma formação social”, Schwarz (1990a, p. 33) constatou que a universalização da volubilidade e do capricho na forma do romance “significava a incorporação dos *resultados* da *Aufklärung*, mas sem o *processo* correspondente, e sob uma diretriz [...] oposta à dela”, o regime colonial-escravista. Trata-se de uma constatação que se inspirou no modo como no romance a “matéria local” (a particularidade histórica e ideológica do Brasil) dá suporte a uma “perspectiva universalista” (o liberalismo e a razão iluminista), “enquanto o universalismo, sendo permeável a interesses circunstâncias, os quais passa a expressar, particulariza uma dinâmica histórica e funciona como ideologia” (SCHWARZ, 1990a, p. 51-52).

Dessa maneira, o crítico identifica em *Memórias* e na realidade brasileira uma “figura viva” da “dialética do esclarecimento” (ARANTES, 1992, p. 116) como conceituada por Adorno e Horkheimer, na qual as promessas emancipatórias do iluminismo e da modernidade se transformavam em seu oposto, em mito e barbárie, podendo-se dizer que, parafraseando Bento Prado Jr. (1993, p. 135), Machado de Assis já era adorniano antes de Adorno, já que, segundo Arantes (1992, p. 115-116),

nossa dualidade colonial-burguesa sendo ela mesma um desenvolvimento moderno do atraso – como lembra Roberto [Schwarz], passando a limpo mais uma vez o momento menos vulnerável do antigo raciocínio dualista –, não estávamos para o progresso como a aberração para a norma, o desvio para o avanço uniforme, pelo contrário, como a atualidade mundial expunha seus segredos na periferia do capital, que não era resíduo mas parte integrante de uma evolução de conjunto [...].

Ou seja, a unidade entre traços modernos e coloniais não representa “atraso nem disparate”, mas seria “o resultado lógico e emblemático da feição que tomou o progresso no país” (SCHWARZ, 1990a, p. 120), expondo abertamente sua essência regressiva na margem do sistema. Schwarz (1990a, p. 174), ao aludir a inúmeros exemplos de como Machado “pormenorizava e apurava a dimensão não-burguesa da existência burguesa no Brasil”, identificava no romancista uma posição crítica à qual ele mesmo aspirava ao não fixar o escravismo e o clientelismo apenas pelo aspecto arcaico óbvio, mas também pelo lado da afinidade com o progresso. Assim, abria-se a possibilidade de uma crítica dialética e negativa, avessa “às sínteses extorquidas e às reversibilidades permanentes” (SAFATLE, 2019, p. 250), e que não se ilude com as promessas da modernidade ao mesmo tempo que não elogia o atraso, mas também desqualifica o progresso, o qual inevitavelmente gera tanto as barbaridades do

colonialismo como as da civilização burguesa. Como afirmam Caux e Catalani (2019), é como se “na periferia do capitalismo o ‘nexo de ofuscação’ se impusesse de maneira mais fraca, de modo que ele se destaca como um ponto de vista privilegiado (para a sua crítica, claro)”, o que explicaria como Machado foi capaz de desprovincializar a realidade brasileira e inscrevê-la na atualidade internacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, pôde-se concluir que, para Schwarz, a obra madura de Machado revelava em sua forma literária a formação constitutiva do país, “forma esta que veio a servir de alicerce fundamental para que o próprio crítico [...] pudesse sistematizar o método dialético de uma crítica literária que era ao mesmo tempo uma interpretação do Brasil” (QUERIDO, 2010, p. 81). Paulo Arantes considera que esse trabalho interpretativo da sociedade brasileira e da obra de Machado levado a cabo por Schwarz também pode ser visto como a construção da base de uma crítica da ideologia de tipo original, ancorada no ponto de vista da periferia e em uma dialética negativa, sem síntese (como processo histórico-social e procedimento crítico), ou, nos termos aqui propostos, na negatividade periférica. É através dela que Schwarz desmascara a ideia positiva de progresso por um flanco vulnerável ao demonstrar que, tanto a “má-formação” brasileira, dita “atrasada”, como o progresso dos países “desenvolvidos”, manifestam as contradições da então atualizada ordem capitalista mundial.

Trata-se de um movimento que “se exprime em grande medida através do ceticismo machadiano, em cuja obra se desdobra acima de tudo a dimensão ‘negativa’ para a qual a questão nacional constitui antes um *problema* do que uma aspiração positiva” (QUERIDO, 2017, p.16). Isto é, Schwarz (1998a, p. 187) evidenciava que a especificidade nacional de Machado existia “mas tomava feição negativa”, revelando o impasse da “dialética truncada brasileira entre o desenvolvimento ‘moderno’ e a reposição do ‘atraso’” (QUERIDO, 2017, p. 16). Este “beco-sem-saída machadiano” atualizava a dialética negativa adorniana, apresentando uma versão periférica mais sombria, a qual “regeria um enorme girar em falso de animação e fastio, agitação e melancolia, sofreguidão e inapetência, [...] a hélice que empurra a narrativa machadiana em direção ao nada” (ARANTES, 1992, p. 113).

Tal tradução ao contexto local e à matéria social brasileira resultou em uma dialética sem síntese, destituída de uma dimensão afirmativa, que a diferenciava das teorias dualistas e da dependência, já que apontava que não havia saída para o Brasil dentro dos limites do progresso modernizador, a não ser o capitalismo permanentemente retardatário e uma sociedade brutalmente desigual e violenta. Ao asseverar que se trata de um impasse estrutural e histórico, Schwarz (2012,

p.169) incorporava de maneira definitiva à sua crítica o pressuposto de que a diferença entre os países da periferia e do centro não é, portanto, “um vestígio do passado, em vias de desaparecer, nem um acidente, mas um traço substantivo da atualidade periférica, com muito futuro pela frente”. É uma afirmação de peso que inverte a observação de Marx (1867, p. 78) no “Prefácio da primeira edição” d’*O Capital*: “O país industrialmente mais desenvolvido não faz mais do que mostrar ao menos desenvolvido a imagem de seu próprio futuro”.

Dessa maneira, o âmbito nacional continuava a ser o horizonte da crítica ao manter o primado da matéria local, apesar dele ter deixado de ser o horizonte político dela. Essa configuração é similar à que foi armada pelo ceticismo e ironia com que Machado figurava o entrelaçamento entre o particular e o universal. Assim, ele foi erigido como grande analista da modernidade à brasileira, do seu impasse desde de a origem, tornando-se a inspiração necessária à inflexão e consolidação da crítica de Schwarz, vinda do fato de o primeiro ter escrito

um romance realista com soluções literárias anti-realistas, e de configurar o peso da realidade nacional fora do âmbito de suas explicações em voga, por meio exclusivamente do acerto da composição. Ficava evitada, assim, ao mesmo tempo que retratada, a aplicação imprópria da terminologia européia recente à sociedade local. *Ficava evitada também* a parte de poetização e apologia quase inseparável do historicismo romântico, *bem como outra característica deste, o pressentimento de um ponto de crise, que no caso brasileiro possivelmente constituísse a melhor promessa e maior ilusão da historicidade*. Entre as perspectivas insólitas e tremendas armadas nas *Memórias póstumas* de fato figura a de que as iniquidades da sociedade brasileira dêem em nada, mas nem por isso tenham um fim à vista (SCHWARZ, 1990a, p. 194-195, grifos nossos).

Nas entrevistas “Um retratista de nossa classe dominante” (1990b) e “Um mestre na periferia do capitalismo” (1990c), realizadas logo após a publicação de seu livro, Schwarz comentou novamente que a atualidade de Machado vinha desde 1964, “quando o Brasil simpático das elites progressistas empenhadas na sua auto-reforma e amigas do povo” (SCHWARZ, 1990c, p. 59) já havia se esgotado. Assim, desde o século XIX até a contemporaneidade, a desfaçatez das elites brasileiras é sua marca mais distinta, sendo resultado da “presunção de modernidade e convicção inabalável de não ter contas a quem trabalha” (SCHWARZ, 1990c, p. 59) – um “monstrengo histórico” cuja conduta de classe arbitrária e irresponsável continuava a empurrar o Brasil para o abismo. Diante disto, tanto Schwarz como Machado em suas fases maduras, descrentes de uma saída civilizada, que haviam desejado, e não vendo outra por perto, inventaram “uma forma capaz de exibir na sua extensão a destrutividade da conduta de nossa elite” e do capitalismo, “embora sem trazer propostas de reforma” (SCHWARZ, 1990b, p. 278).

É dentro deste contexto e de tais perspectivas que Schwarz se empenha em reformular os impasses e a encarar os limites do marxismo resultante do Seminário d’*O Capital* e do pensamento

sobre o Brasil de uma forma geral, repensando as teses e as teorias a partir da aplicação de seu diagnóstico machadiano da modernidade à brasileira. Por outro lado, como sustenta Querido (2019a, 256), ao constatar como na forma machadiana a matéria local “servia como ‘filtro’ para a canalização do influxo externo”, Schwarz encontrou “uma ancoragem pela qual se tornava possível ‘nacionalizar’ a sua concepção do marxismo e das teorias críticas ‘universais’ incorporadas” ao longo de sua trajetória e, conseqüentemente, por terem sido moldadas em torno da experiência social e intelectual de um país periférico, suas conclusões e prognósticos deviam ser reelaborados.

Logo, no início da década de 1990 o trabalho de Schwarz passou a reforçar que as questões nacionais contemporâneas eram problemas e conseqüências da ordem mundial atualizada, ao mesmo tempo que eram interpretadas como sinais de esgotamento da modernização capitalista como um todo. Ao observar que não houve uma ruptura completa com o passado colonial e ditatorial, de que a reprodução moderna do atraso continuava a todo vapor e de que o capitalismo avançava empilhando vitórias, o crítico levou até as últimas conseqüências as deduções e os prognósticos elaborados em *Um mestre...*, radicalizando sua crítica a partir da negatividade periférica.

Na contramão da tendência de acomodação ideológica em torno da chamada globalização e da reativação do discurso da modernização econômica, Schwarz reivindicava um recuo do engajamento intelectual para uma *torre de marfim materialista-negativa*, para que seja possível a realização de uma “crítica independente, sem patrocinador nem interesse direto à vista” (SCHWARZ, 1994b, p. 216). Ao afirmar que nesta época a “intelectualidade nunca esteve tão engajada”, dando continuidade ao “objetivo nem sempre muito crível de usar os nossos conhecimentos em favor de alguma espécie de aperfeiçoamento e modernização” (SCHWARZ, 1994b, p. 216), o crítico argumenta que

um dos impulsos essenciais à idéia de engajamento, que mandava trazer a cultura dita desinteressada ao comércio dos interesses comuns, se realizou plenamente. O que não ocorreu foi a esperada diferença democrática que esta descida à terra faria. Na falta dela, o compromisso social dos especialistas, incluída aí a dose normal de progressismo, é o mesmo que ir tocando o serviço, e a combatividade do engajamento pode ter algo de um lobby de si próprio.

Assim, como vem apontando ao longo dos últimos anos os trabalhos de Querido (2010, 2013, 2019a, 2019b; 2021), o modelo de crítica que Schwarz assumiu ao longo da década de 1990 envolvia um esforço de “atualização da tradição dialética à brasileira, dotando a de condições teóricas, intelectuais e políticas para confrontar os novos dilemas que emergiram no atual estágio de reprodução social e cultural do sistema” (QUERIDO, 2013, p. 232). Para tanto, foi necessário defender “a independência intelectual, mas não como álibi de uma posição olímpica diante do mundo, e sim como escudo contra as pressões do engajamento pragmático”, como um “resguardo de autonomia, que exige

alta voltagem do crítico” e que, segundo Schwarz, seria a única maneira “de se alcançar a possibilidade de uma totalização conceitual antissistêmica, na qual a experiência histórica da periferia é tomada como momento sintomático da cena global contemporânea” (QUERIDO, 2021, p. 304). Portanto, para um projeto intelectual que pretende ser radicalmente anticapitalista, absorvendo a experiência periférica como revelação da verdade e do destino do capitalismo assim como sua inviabilidade civilizatória, foi necessário romper com qualquer positividade da categoria trabalho e da modernização.

A partir de sua inspiração machadiana e ao assumir o Brasil contemporâneo enquanto resultado periférico do desenvolvimento capitalista, a crítica de Schwarz entendeu o país como destino e verdade nua e crua da ordem e progresso do sistema, a demonstração viva de como a periferia é a norma e o centro é a exceção. O Brasil esteve na vanguarda da colonização ao nascer como “lugar de produção” e ao completar seu processo de formação nacional mais uma vez se encontrava na vanguarda, mas agora a da desintegração (ARANTES, 2004, p. 58), passando da subordinação colonial à subordinação capitalista, cuja tendência é o crescente “divórcio entre economia e nação” (SCHWARZ, 1994, p. 199). A partir dessa inversão do entendimento do progresso, o ponto de vista da periferia construído pelo crítico se torna ainda mais atual: “A desintegração dos países ‘atrasados’ sinaliza, assim, um momento de verdade do capitalismo contemporâneo como um todo” e a experiência periférica, “exatamente por ser o lócus do ‘desmanche’ global, encontra-se agora em posição ainda mais privilegiada para abordar de modo crítico as disfunções das sociedades ‘pós-catástrofes’ espalhadas tanto pelo Sul quanto, em menor intensidade, pelo Norte global” (QUERIDO, 2019a, p. 255). Assim, Schwarz assentava seu pensamento na crítica implacável do existente, isto é, na força “negativa” do desvendamento da objetividade vigente em território nacional para reelaborar a crítica da totalidade do capitalismo.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. (1958). Palestra sobre lírica e sociedade. *Em: Notas de literatura I*. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2012.

_____. (1959). Ideias para a sociologia da música. *Em: Textos Escolhidos (Coleção Os pensadores)*. São Paulo: Editora Abril, 1983.

ALENCASTRO, L. F. (1979). La traite négrière et l'unité nationale brésilienne. *Outre-Mers. Revue d'histoire*, v. 66, n. 244, p. 395-419.

ARANTES, P. E. (1992). **Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira: Dialética e dualidade segundo Antonio Candido e Roberto Schwarz**. (1992). São Paulo:

Coleção sentimento da dialética, 2021. Disponível em: <https://sentimentodadialetica.org/dialetica/catalog/view/87/118/268>. Acesso em: 2 ago. 2023.

_____. **Zero à esquerda.** (2004). São Paulo: Conrad Livros, 2004.

CARDOSO, F. H. (1962). **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAUX, L. P.; CATALANI, F. (2019). A passagem do dois ao zero. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, p. 119-146.

FRANCO, M. S. C. (1964). **Homens livres na ordem escravocrata.** São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros/USP, 1969.

MARX, K. (1867). Prefácio da primeira edição. *Em: O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital.* São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

NOVAIS, F. (1984). Passagens para o novo mundo. **Novos Estudos Cebrap**, v. 2, n. 9.

QUERIDO, F. M. (2010). O colapso da modernização periférica: a fratura brasileira do capitalismo mundial. **Revista Aurora**, v. 3, n. 2.

_____. (2013). Colapso da modernização, Roberto Schwarz e a atualização da dialética à brasileira. **Novos Estudos Cebrap**, n. 97, p. 227–233.

_____. (2017). Pensamento ao quadrado: Roberto Schwarz e o Brasil. **41º Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu, MG.

_____. (2019a). Pensamento ao quadrado: Roberto Schwarz e o Brasil. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 107, p. 235-261.

_____. (2019b). Nacional por negação. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 74, p. 233-249.

_____. (2021). Um intelectual sem concessões. **Estudos Avançados**, v. 35, n. 101, p. 301-306.

RICUPERO, B. (2013). O lugar das ideias: Roberto Schwarz e seus críticos. **Sociologia & Antropologia**, v. 3, p. 525–556.

SAFATLE, V. (2019). **Dar corpo ao impossível: O sentido da dialética a partir de Theodor Adorno.** Belo Horizonte: Autêntica.

SCHWARZ, R. (1970). Cultura e política, 1964-1969. *Em: O pai de família e outros estudos.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

_____. (1973). As ideias fora do lugar. *Em: Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro.* São Paulo: Duas Cidades/Editora 34.

_____. (1977a). **Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro.** São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2017.

_____. (1977a). **Plano de trabalho.** Documento consultado no acervo do Arquivo Central do Sistema de Arquivos (SIARQ) – Unicamp.

_____. (1979a) Pressupostos, salvo engano, de “Dialética da malandragem”. *Em: Que horas são?: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. (1979b) Duas notas sobre Machado de Assis. *Em: Que horas são?: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. (1981). Complexo, moderno, nacional, e negativo. *Novos Estudos Cebrap*, v. 1, n. 1.

_____. (1982). A velha pobre e o retratista. *Novos Estudos Cebrap*, v. 1, n. 2.

_____. (1985). Uma desfaçatez de classe. *Novos Estudos Cebrap*, v. 1, n. 11.

_____. (1987a). Brás Cubas e o cunhado Cotrim. *Remate de Males*, v. 7, p. 19–25.

_____. (1987b). O sentido histórico da crueldade em Machado de Assis. *Novos Estudos Cebrap*, v. 1, n. 17.

_____. (1990a). **Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis**. São Paulo: Livraria Duas Cidades.

_____. (1990b). Um mestre na periferia do capitalismo. *Em: Sequências brasileiras: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. (1990c). Um retratista da classe dominante. *Em: Seja como for: entrevistas, retratos e documentos*. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2019.

_____. (1994a). Um seminário de Marx. *Em: Sequências brasileiras: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. (1994b). Nunca fomos tão engajados. *Em: Sequências brasileiras: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. (1998). Conversa sobre *Duas meninas*. *Em: Sequências brasileiras: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. (2009). Retrato de grupo. *Em: Seja como for: entrevistas, retratos e documentos*. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2019.

_____. (2012). **Martinha versus Lucrecia: ensaios e entrevistas**. São Paulo: Companhia das Letras.

TRESOLDI, M. C. (2019). **Crítica cultural como “esporte de combate”:** notas sobre o **ensaísmo de Roberto Schwarz e de Beatriz Sarlo**. Tese (Doutorado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

FINANCIAMENTO: O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES)

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE: O autor declara que não há conflito de interesses a mencionar.

Felipe de Souza Mello é mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH/Unicamp, orientado pelo Prof. Dr. Fabio Mascaro Querido.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.